



DA FILOSOFIA DA CIÊNCIA À CRISE DA EPISTEMOLOGIA: CONTRIBUIÇÃO À CONSCIÊNCIA REFLEXIVA DO SABER NOS ESTUDOS DE MÍDIA

*From Philosophy of Science to the Crisis of Epistemology:
Toward a reflexive consciousness of knowledge in media studies*

*De la filosofía de la ciencia a la crisis de la epistemología:
Hacia una conciencia reflexiva del saber en el campo de estudios de la
comunicación*

Francisco Rüdiger

Pontifícia Universidade Católica e
Universidade Federal do Rio
Grande do Sul
frudiger33@gmail.com

Resumo

Quer-se com o artigo apresentar elementos históricos e filosóficos que possam contribuir para o esclarecimento das discussões que, há alguns anos, travam-se no que, por vezes, se denomina de “campo epistemológico da comunicação”. A pesquisa é histórico-documental. Na primeira seção, fala-se das origens e tarefas da filosofia da ciência — ou epistemologia. Em seguida, examina-se a maneira como as ciências humanas se tornaram seu objeto de estudo, apontado os principais estágios reflexivos da matéria. No final, chama-se a atenção para a crise do discurso epistemológico que tem lugar na pós-modernidade, paradoxalmente época de explosão das ciências da comunicação.

Palavras-chave: Filosofia da ciência. Epistemologia das ciências humanas. Ciências da Comunicação.

Abstract

This article aims to present historical and philosophical elements that can help to think through the theses and discussions that emerged from what is sometimes called "epistemological field of communication" since the last turn of Century. In the first section, we speak about the origins and tasks of the philosophy of science— or epistemology. Next, one examines the way in which the human sciences became its object of study, pointing out the main reflexive stages of the subject. In the end, attention is drawn to the crisis of epistemology as authorize discourse that takes place in postmodernity — paradoxically a time of the explosion of the communication sciences.

Key words: Philosophy of science. Epistemology of human sciences. Sciences of communication.



Resumen

El artículo objetiva presentar elementos históricos y filosóficos que pueden ayudar a clarificar los argumentos y discusiones que, ya hace unos años, emergieran en lo que a veces se denomina “campo epistemológico de la comunicación”. En la primera sección, se habla de los orígenes y las tareas de la filosofía de la ciencia — o epistemología. A continuación, el autor examina cómo las ciencias humanas se han convertido en su objeto de estudio, señalando las principales etapas de reflexión acerca de la materia. Al final, el llama atención sobre la crisis del discurso epistemológico que tiene lugar en la post-modernidad, paradójicamente momento de explosión de las ciencias de la comunicación.

Palabras clave: Filosofía de la ciencia. Epistemología de las ciencias humanas. Ciencias de la comunicación.

Apesar do cunho filosófico, parcela dos meios acadêmicos brasileiros de estudos de mídia se voltou, há alguns anos, para o problema de seu estatuto e, assim, para os termos de sua respectiva fundamentação epistemológica. Aos poucos começou a surgir um novo viés sobre assunto, pondo-se fim ao relativo consenso sobre seu cunho interdisciplinar. Apareceu um coletivo que passou a falar em ciência e lançou a expressão “epistemologia da comunicação”. A transformação da mesma em estandarte de uma causa supostamente redentora para os males da área é, sem dúvida, um de seus feitos intelectuais (RÜDIGER, 2014).

Para este grupo, a matéria aparentemente passou a ser óbvia; a epistemologia, coisa líquida e certa. Prova disso é a crescente publicação de trabalhos e apresentação de teses, todavia silenciosa a respeito de eventuais problemas contidos na própria proposição do assunto. O fato causa estranheza, considerando que, apesar do seu estatuto gerar mal-estar intelectual e suscitar desejo de maior disciplina, não parece haver tanto empenho nesta causa entre os porta-vozes da área em centros de maior tradição.

Neles, a epistemologia, em síntese, não está em pauta. Afora os diletantes, ainda seriam poucos os que sentem o assunto com aflição. A perspectiva gnosiológica seguiria marcada pela pouca exigência doutrinária. A linha dominante na consciência reflexiva da área continuaria amarrada à ideia de convergência disciplinar:

A grande força das comunicações como campo de estudos é que estes [últimos] constituem um espaço interdisciplinar onde converge um espectro preexistente de disciplinas acadêmicas, cada uma trazendo consigo suas respectivas questões, preocupações e tradições intelectuais. [...] A visão que defendemos é, pois, a de que o estudo das comunicações deveria ser, nesse sentido, indisciplinado e preservar seu papel de arena em que acadêmicos de diversas tradições podem se reunir para explorar a melhor maneira de

esclarecer as complexas conexões existentes entre os sistemas de comunicação e a organização da vida social e cultural contemporânea. A fim de fazê-lo, precisamos circunscrever estes elos e detalhar como eles operam. A pesquisa é, [portanto], central a este empreendimento (DEACON ET AL., 1999, p. 3).

Pelo mundo, as principais comunidades acadêmicas só excepcionalmente se mostram interessadas em discutir a cientificidade do que fazem, parecendo estar de acordo que não existe um entendimento claro e unificado de o que são estudos de comunicação (midiada). Apesar de também lá também se manifestar uma crescente tendência à fragmentação dos estudos em subáreas, aceita-se bem o fato de que cada uma delas tem seus próprios critérios de avaliação a respeito do que é um trabalho, por exemplo, da área de cinema ou de publicidade.

Fora dos círculos onde a cibernética marca presença, a expressão “ciência da comunicação” costuma ser rara, de uso recente e frouxo, ou meramente retórico, como se vê na França, Itália e Alemanha (cf. KOENEN; SANKO, 2018). Em volume dedicado às teorias, de enciclopédia apresentada com o nome de manual sobre o assunto ainda há pouco publicada, Copley e Schulz dão sinal de sua novidade tanto quanto os arremedos argumentativos com que a expressão é introduzida nos países anglo-saxões.

Coordenadores da obra, eles entendem por “ciência da comunicação” o “estudo institucional, metodologicamente e disciplinarmente informado da comunicação” (COBLEY, SCHULZ, 2013, p. 3) - o que não diz nada de específico a seu respeito como ciência autônoma e distinta. Dizer que a área oferece cursos, promove eventos, publica trabalhos e se organiza em associações, do ponto de vista epistemológico, também não ajuda os autores, dado o caráter essencialmente administrativo e genérico (acadêmico, em vez de científico) da afirmativa.

O passo seguinte consiste, portanto, em tentar defini-la pelo seu método e objeto, mas a constatação a que eles chegam é a de que, diversamente de outras ciências, “é difícil dizer do que a ciência da comunicação não trata” (idem, p. 5). A conclusão, reconhecem, é francamente desanimadora: “a ciência da comunicação realmente não tem um único objeto”, a não ser no sentido de que trata da “ação comunicativa humana” (idem, ibidem).

Os autores ingenuamente desejam nos prevenir em relação à “crença de que tudo comunica”, argumentando que a multiplicação ao infinito dos objetos de estudo inviabiliza a consolidação de padrões definidores de uma atividade científica. “A preocupação central [de uma ciência da comunicação]”, apregoam, tem sido e deve continuar a ser “a comunicação humana”, definida como um tipo de ação por meio de símbolos, embora se admita que a

categoria possa incluir as plantas e animais (idem, p. 6-7). O resto de que trata seu texto e as colaborações do desmedido volume, no entanto, põem de lado o problema epistemológico, passando a lidar com as teorias da comunicação.

Falando de modo mais geral, o fato é que, desde o início, a área tem gerado dúvidas sobre sua consistência intelectual e é assombrada pela questão de sua legitimidade científica. Fora uns poucos movidos por paixão das mais suspeitas à luz do que já se disse, isso não parece, contudo, motivo de maiores preocupações. Influencia mais na matéria o interesse que as comunicações, como fato social, mobilizam entre os setores empresariais, grupos políticos e, agora, cada vez mais, entre a própria população, empoderada em massa pela nova mídia digital - barata, portátil e interativa.

Destarte, os trabalhos propriamente epistemológicos costumam ser, em geral, muito escassos e de pouco valor para a pesquisa feita no mercado e na própria área, por mais que sinalizem seus problemas de identidade acadêmica — mas isso, reiteramos, não impede seu avanço, “que tende a crescer resolvendo problemas setoriais”, como disse Miquel de Moragas (1981, p. 10). As atividades e as pesquisas deste setor estão relativamente bem identificadas no plano institucional, formaram um campo acadêmico possuidor de seus departamentos, publicações e eventos, mas têm se revelado incapazes de se definir disciplinarmente no tocante aos métodos e problemas de estudo.

Que isso gere alguma angústia, não se pode negar, mas, saliente-se novamente, só se verifica entre os que se preocupam com questões epistemológicas, porque os demais curiosos e investigadores de modo algum a sentem. As preocupações, em geral, parecem, com efeito, serem outras, lá onde o trabalho acadêmico valoriza a investigação. A maioria dos pesquisadores da área está interessada em desenvolver seus trabalhos e elaborar conhecimentos, polemizar com os que os contradizem e discutir seus resultados com base em dados fazendo estudos e pesquisas de mídia.

A reflexão teórica e os debates que esses ensejam não faltam e são fortes onde a maturidade acadêmica se apresenta, mas seu foco, conforme insinuado, está em questões que envolvem o conhecimento de fenômenos especificados de um ou de outro modo por aquele termo (mídia).

No Brasil, todavia, apareceu, como dito, um movimento decidido a reverter o panorama caótico em que a área se encontraria desde o ponto de vista epistemológico. Inclusive entre as mentes mais talentosas, passou-se a defender que, apesar dos percalços, “o estudo da comunicação parece encaminhar-se progressivamente para uma posição de

autonomia relativa em face das disciplinas sociais e humanas já consolidadas” (SODRÉ, 2002, p. 233).

Tiago Quiroga não faz senão resumir um entendimento que se espalha sem discussão, ao referir-se à “epistemologia da comunicação” como iniciativa “que se propõe oferecer a tal prática científica [a 'comunicacional'] legitimidade equivalente à encontrada em outras áreas do saber historicamente consolidado” (QUIROGA, 2010, p. 142). Sabemos, porém, do que se trata quando, abordando o assunto, empregamos aquele título: “epistemologia da comunicação”? Haverá em toda esta movimentação algo mais do que um sinal bastante degenerado desta “febre moderna” que consiste em “instaurar ciências”, para usar termos de Max Weber ([1924] 1973) (cf. RÜDIGER, 2014)?

O relato que segue não pretende entrar neste mérito, antes visa sistematizar noções e revisar a trajetória da epistemologia em geral, a fim de proporcionar elementos históricos e conceituais para o leitor interessado poder avaliar de forma mais ampla as ideias subjacentes ao projeto com que estão comprometidos muitos integrantes de nossa comunidade acadêmica. As iniciativas nesse sentido nos despertam ceticismo, mas não se trata aqui de levar água para este último moinho.

A legitimação acadêmica e reconhecimento institucional não bastam para conferir identidade e autonomia científica a um saber, sabem bem seus defensores. A questão que se coloca, por isso, consiste em saber se, como eles aparentemente pretendem, o discurso epistemológico é suficiente. A resposta, em nosso ver, é negativa. A conquista desta condição passa pela prática da pesquisa efetivamente desenvolvida na área e a sua reflexão crítica em meio aos debates que podem travar os integrantes de uma comunidade que almeja trabalhar cientificamente.

Nesse último sentido, porém, os estudos de metaepistemologia podem ser a úteis, ao fornecerem ferramentas histórico-filosóficas as quais se pode recorrer, se o objetivo for melhor se orientar nas discussões sobre o sentido e valor daquela prática, esclarecer a consciência epistemológica interessada em julgar seu desempenho e resultados.

Assim, será o caso, após termos apresentarmos nosso relato sobre as origens e sentido da epistemologia, de indicarmos como este discurso entrou em crise em meio ao pensamento contemporâneo para, finalmente, sinalizarmos como as questões da comunicação se inserem em contexto que se afigura, no horizonte e ainda que não necessariamente, como pós-epistemológico.

1 ORIGENS E SENTIDO DA EPISTEMOLOGIA

Jan Wolenski (2004) observa que epistemologia é um termo moderno, por meio do qual se designa uma determinada atividade ou disciplina essencialmente filosófica. Na antiguidade, ele teria sido desconhecido, visto suas eventuais tarefas estarem contidas na metafísica. Alexander Baumgarten falará pela primeira vez, em 1769, em gnosiologia, mas só um século mais tarde firmou-se a expressão “teoria do conhecimento” (KÖHNKE, 2011). Por esta época, James Ferrer (*Institutes of Metaphysics*, 1854), todavia, propôs que, em vez delas, se usasse a palavra epistemologia (WOLENSKI, 2004, p. 3-4).

Quer em um, quer no outro termo, o significado não era, contudo, muito distinto, ao menos de início: tratava-se, nos dois casos, de uma disciplina cujo objeto seria o conhecimento em geral. Peter Coffey, apontando para a superposição de seus temas com os da lógica, assinala o modo como este entendimento parecia firmado já no início do século passado, ao lançar a palavra “epistemologia” no título do tratado que publicou sobre o assunto (COFFEY, 1917).

Descartes (†1650) dera o primeiro passo no sentido de emancipar a razão das ontologias antiga e medieval, autorizando a separação entre sujeito e objeto em que passou a se fundar a reflexão sobre o saber nos horizontes da modernidade. A gnosiologia, entendida como sua teoria, se constitui, neste contexto, como a reflexão, em geral crítica, sobre os fundamentos que permitem desenvolver o conhecimento do último por parte do primeiro. O progresso da atividade científica e seu crescente prestígio intelectual acabaram por incentivar seu entendimento positivista, em meio ao qual a análise lógica da estrutura da pesquisa e conhecimento especializado, contudo, acabou por assumir uma posição de destaque.

Disso, Emile Meyerson, em 1908, forneceu um primeiro indício, ao sugerir que se entendesse o termo epistemologia em sentido restrito, como sinônimo de filosofia da ciência (cf. FICHANT, 1974, p. 124). Nos círculos filosóficos de tradição ou influência anglo-saxônica, segue imperando, ainda hoje, porém, seu entendimento menos específico, como teoria do conhecimento (AUDY, 2010; FUMERTON, 2014). Vamos daqui por diante pô-lo de lado, para nos fixarmos no primeiro, mais aplicado ou circunscrito, apesar de não menos filosófico, e que coincide com o que também ainda se chama às vezes, conforme o autor e momento, de teoria da ciência, quando não de metodologia pura e simplesmente.

Desenvolvera-se em meados do século XIX, o entendimento de que os cientistas podiam ter sua filosofia mas, entre os filósofos, preferia-se falar em lógica aplicada ou

doutrina da ciência, como haviam consagrado William Whewell e Stuart Mill (cf. KOCKELMANS, 1968). Problema dela, tomou-se consciência com o tempo, era, no entanto, o forte acento normativo que, a despeito da preocupação com a lógica, se fazia presente neste trabalho, como se pode constatar nos estudos feitos, no período entreguerras, pelo Círculo de Viena.

Abram Benjamin, autor de um dos primeiros tratados sistemáticos sobre o assunto, dá sinal, de todo modo, que, assumindo uma perspectiva puramente analítica, a filosofia da ciência começava a se identificar como disciplina no curso dos anos 1930. Assentando definição contemporânea, ele a definiu como “estudo crítico da ciência, desde o ponto de vista de seus pressupostos e noções não questionadas, de suas técnicas e métodos, e da delimitação de seus problemas” (BENJAMIN, 1937, p. 22).

Seu livro é rico em ensinamentos e, no tocante à sua reflexão mais ampla, pode ser lido com proveito ainda hoje. Preconiza-se nele, com razão, que a área requer um talento que idealmente se encontra no cientista possuidor de preocupações filosóficas e no filósofo conhecedor da atitude científica (idem, p. 36). Para seu autor, a filosofia da ciência contém, é certo, uma doutrina geral, que lhe confere acentos e estabelece pautas de trabalho inegavelmente presentes em suas próprias análises. Mas o que interessa, defende, são suas pesquisas particulares e, por isso, só acompanhando a prática da investigação concreta é possível fazer boa epistemologia.

Paralelamente, Karl Popper ([1935] 1975), entretanto, começou a polemizar com o positivismo, abrindo novas perspectivas de entendimento a respeito da lógica da pesquisa científica. Para ele, explicitou mais tarde, epistemologia é, em suma, estudo do conhecimento científico.

A epistemologia é o estudo de problemas científicos e situações de problemas, de conjecturas científicas (que tomo como simplesmente outra expressão para hipóteses ou teorias científicas), de discussões científicas, de argumentos críticos e do papel desempenhado pela evidência em argumentos de pesquisa; e portanto, de revistas e livros científicos, e de experiências e sua avaliação em argumentos científicos (POPPER, [1972] 1975, p. 113).

Aos poucos, vê-se, a ciência se estava tornando objeto de análise da filosofia, para além do proselitismo com que o positivismo do século anterior a havia embalado, mas ainda era preponderante, entre seus porta-vozes, a compreensão da epistemologia como discurso

normativo sobre aquele tipo de conhecimento, doutrina a respeito do certo e o errado na ciência, vista, entre os influenciados pelo positivismo, como um só bloco, até os anos 1970¹.

Mario Bunge interveio no assunto por esta época, subscrevendo o entendimento que identifica a epistemologia com a filosofia da ciência. Para este autor, a epistemologia é o ramo da filosofia que estuda as ciências e o conhecimento delas resultante. Sendo assim, ela não tem objeto da mesma forma que aquelas o possuem. A epistemologia não é ciência, mas uma disciplina filosófica, que pressupõe a presença da prática científica e se ocupa da análise e reflexão sobre os seus trabalhos, problemas, teorias e métodos.

As ciências se ocupam da elaboração do conhecimento do real. A epistemologia é uma reflexão sobre a maneira como este conhecimento é construído e estruturado pelos seus responsáveis. As atividades do epistemólogo precisam estar próximas e se adequar à realidade da pesquisa, para não se tornarem fantasiosas, porque só assim ele se capacita “a distinguir a ciência da pseudociência, a investigação profunda da superficial, a procura da verdade da procura do pão de cada dia” (BUNGE, 1980, p. 13).

O autor relata o que chama de pseudociência em chave influenciada pelo positivismo mas, descontando isso, nos passa um recado útil, ao observar que, sempre que exerce uma função autônoma e crítica, dentro de um âmbito que se constituiu como ciência, a epistemologia pode trazer à tona e pôr em discussão os problemas lógicos, gnosiológicos, metodológicos, mas também ontológicos, políticos e éticos que atravessam a prática científica e, às vezes, obstaculizam seu desenvolvimento (idem, p. 17).

Detalhando um pouco mais, pode-se, em resumo, afirmar que, atualmente, valem para suas atividades disciplinares, portanto, os princípios de que:

- a) A filosofia da ciência, exceto em seu exercício reflexivo mais geral, não se ocupa da ciência, mas de cada uma das ciências e suas eventuais inter-relações: a ciência, como tal, é uma abstração. A pesquisa científica, há muito, se tornou especializada. Os cientistas de uma área entram em contato com os de outras, mas isso não é regra, devendo analisado criticamente pela reflexão epistemológica de acordo com o caso.
- b) As ciências costumam proceder de forma pouca reflexiva, carecendo de uma consciência epistemológica mais apurada, visto seu foco ser a pesquisa e a produção de conhecimento. A falta de pleno discernimento do método que empregam não é algo absurdo, embora eventualmente possa bloquear seu desenvolvimento. A epistemologia pode contribuir

1 Disso dá exemplo Harre ([1972] 1988), ao explicar que: “A filosofia da ciência [...] tem a função de proporcionar uma justificativa última para a prática científica, investigar se vale a pena a mesma existir”, visto que discute o “lugar ocupado pelo experimento científico dentro do contexto global da vida” (p. 11).

indiretamente para minimizar este prejuízo, na medida em que aponta problemas e limites dos métodos e técnicas de investigação, ajuda a questionar seus resultados.

c) Os cientistas empregam conceitos e lançam mão de teorias cujo estatuto e sentido como fundamento ou pressuposição de suas investigações não costumam ser claros e justificados. A epistemologia se justifica na medida em que pode colaborar para desenvolver esta consciência, recorrendo ao esclarecimento histórico e à análise imanente desta dimensão do trabalho científico.

Noutros termos, significa tudo isso que a filosofia da ciência, ou epistemologia, em sentido restrito, é uma metalinguagem, ou seja: um saber de segundo grau, que se caracteriza pelo trabalho com um conjunto de problemas conceituais e o objeto que, falando de modo grosseiro, é formado pelas diversas ciências. As ciências se ocupam metodicamente com setores do real, visando a elaboração do seu conhecimento, de acordo com seus paradigmas teóricos e projetos de pesquisa. A epistemologia consiste na reflexão analítica sobre estes projetos, seus fundamentos, seus métodos e seus resultados; deseja saber como eles nascem, se estruturam e operam, pensando em, eventualmente, colaborar no seu desenvolvimento (LOSEE, 1981, p. 11-14).

Nesse sentido, a epistemologia, vista em abstrato, seria portadora de no mínimo três tarefas ou dimensões reflexivas. A primeira é a tarefa sinóptica, presente sempre que ela reflete sobre os limites de cada ciência especial, compara seus procedimentos e propõe sua classificação ou mapeamento. A segunda é a tarefa metodológica, presente toda a vez em que examina e reflete logicamente sobre seus métodos, a fim de lhes esclarecer a estrutura, sentido e resultados. A terceira, enfim, é a tarefa crítica, presente sempre que, ocupando-se com exemplos concretos, analisa os conceitos com que o pesquisador desenvolve seus estudos e constrói o conhecimento sobre alguma realidade.

Atualmente, verifica-se, portanto, que a preocupação com a polêmica puramente filosófica, o trabalho especulativo e o acento normativo que ainda há pouco marcavam a epistemologia, no sentido de filosofia da ciência, retrocedem onde o trabalho é mais especializado. Pretendia ela que a cientificidade se instaurasse por um critério que ela própria, mais ou menos soberana, fundaria. Ocorreu, contudo, que os fatos ultrapassaram o programa e, em convergência com tanto, este tenha acabado cedendo espaço a outros tipos de estudo.

A agenda positivista recuou, e passando a estar em foco, de um ou outro modo, a discussão da racionalidade, verifica-se que são os limites e, portanto, a identidade da própria ciência que estão em questão. O cenário intelectual nesta área alterou-se a tal ponto que

passou a dar margem para que, inclusive, se chegue a pensar em um esgotamento do discurso epistemológico.

A contribuição que a disciplina pode dar, concorda-se, não se encontra na acusação dos obstáculos que numa investigação, representam os interesses que eventualmente a comandam ou as condições sociais e históricas mais amplas que a condicionam em geral. A contraposição entre os enfoques externo e interno de análise, que nunca teve força nas ciências naturais, passou a estar em questão com o surgimento de uma nova geração de estudiosos, interessada na feitura de monografias especializadas e cujas origens se encontra nos trabalhos de autores como Koyré, Bachelard, Foucault e Canguilhem (MACHADO, 1982).

Havia na epistemologia ou teoria da ciência uma preocupação muito forte com o problema da cientificidade, da demarcação entre o que é e o que não é ciência, como deixaram patente os trabalhos de Popper e do Círculo de Viena. Depois de Khun ([1962] 1975) e Habermas ([1968] 1982), aos poucos isso, ainda que de modo variado, todavia começou a sair de cena, tanto nas ciências naturais quanto nas ciências culturais. Com o tempo, “a ascensão do interesse na experimentação e o subsequente declínio do foco na teoria como principal objeto do interesse filosófico [em relação à ciência] passaram a ser um dos seus desenvolvimentos mais centrais” (BROWN, 2012, p. 8).

Noutros termos, surgiu e afirmou-se uma nova perspectiva, interessada em aprofundar a pesquisa e análise da racionalidade, em vez de tentar arbitrar o problema da cientificidade de suas disciplinas. Em Hacking e Latour, por exemplo, a epistemologia, se não se dissolve, passa a se confundir com a história social das ciências, um trabalho empírico e minucioso, de limites em princípio indeterminados, no qual até a própria identidade daquelas últimas passa a estar em questão.

Segundo as doutrinas positivistas, as atividades científicas não só seguem mas devem seguir um modelo que, supostamente oriundo de seu próprio desenvolvimento, se revela à análise imposto de fora por uma filosofia. A ciência tem e precisa seguir uma metodologia, sob pena de perder a cientificidade, assegura sua epistemologia doutrinária. A metodologia não é senão o discurso do método que os pesquisadores precisam aceitar, se desejarem ser bem sucedidos em suas investigações.

Os pesquisadores da geração mais recente observaram que o fato de muitos cientistas o subscreverem, entretanto, não serve como argumento em contrário à afirmação de que este viés é, em geral, importado artificialmente para dentro da comunidade científica. Aos

cientistas, ver-se-ia melhor agora, não estão fechadas as portas do filosofar e este, espontâneo ou letrado, tanto pode abrir os olhos quanto cegar, dependendo do credo ou referência em que aqueles se agarram para elaborar o entendimento acerca do que praticam.

Em nosso juízo, levemos a término o raciocínio, significa que o fechamento de horizontes se dá sempre que eles, seguindo uma epistemologia que se fez alhures e, portanto, de concepção doutrinária ou normativa, pretendem com tanto fazer ciência e desenvolver suas pesquisas. Max Weber o corroboraria, ao ensinar que, em relação às ciências da cultura:

[A epistemologia] jamais pode ser outra coisa que a autorreflexão sobre os meios de pesquisa e estudo que resultaram confirmados na prática. A consciência a seu respeito não é pré-requisito de um trabalho frutífero. O conhecimento da anatomia não é necessário para andar corretamente. Quem deseja obstinadamente controlar sua maneira de caminhar através de conhecimentos anatômicos corre o risco de tropeçar. Algo semelhante ocorre com o especialista que tenta determinar desde fora as metas de seu trabalho com base em considerações metodológicas. O trabalho metodológico só se revela útil na práxis do [cientista social] na medida em que o ajuda a não se deixar levar por um diletantismo disfarçado de filosofia (WEBER, [1906/1924] 1973, p. 104).

À guisa de conclusão: a epistemologia não encaminha nem resolve os problemas da investigação científica, porque embora ela possa ajudar a entendê-los e trazer esclarecimento sobre os fatores que a prejudicam, seus objetos são distintos e cada pesquisa pode, em tese, obedecer a uma disciplina diferente.

2. DA EPISTEMOLOGIA DAS CIÊNCIAS CULTURAIS

Desde o ponto de vista sinóptico, convém notar que, entre os resultados históricos do trabalho ou intervenção da epistemologia, está a divisão, traçada ainda no século XIX, entre ciências naturais e ciências da cultura. Que esta separação seja motivo de discussão desde seu estabelecimento agora pouco importa. O principal, no nosso contexto, é indicar os lances que a consagraram. Após a Revolução científica do século XVII, começara a filosofia natural a afirmar-se de tal modo sobre a teologia e as humanidades que, em pouco mais de cem anos, passou a mesma a identificar-se com a ciência pura e simplesmente. Apanhadas nessa situação, as humanidades assistiram, no XIX, a um movimento filosófico interessado em conferir-lhes o mesmo estatuto, mas para além daquele que estabelecera o positivismo de Comte (1798-1857).

Na filologia, na história, na pedagogia e no direito verificou-se, com efeito, nessa época, uma movimentação visando conferir a estas atividades um caráter de ciência com base

em concepção similar em proposição, mas distinto no tocante à fundamentação àquele conferido às ciências naturais por parte de Kant. Wilhelm Dilthey (1833-1911) tentou sistematizar esses esforços em sua *Introdução às ciências do espírito* (1883), consagrando a última expressão. Para ele, resumamos, as ciências naturais não esgotariam o campo do conhecimento do real, na medida em que as humanidades podiam e estavam se convertendo em ciências do espírito. A realidade forma uma unidade psicofísica desde o ponto de vista ontológico, mas só pode ser bem estudada se a dividirmos em natureza e espírito.

As primeiras ciências citadas estudam e lidam com fenômenos físicos, ou naturais, e se interessam pela explicação de suas relações de exterioridade. As segundas estudam ou lidam com fenômenos psíquicos, ou espirituais, interessando-se pela sua compreensão interna ou imanente. O esclarecimento da compreensão fornece o fundamento epistemológico do estudo da ação humana e suas criações sistemáticas (o estado, a escola, as artes, etc.) através da história e demais disciplinas humanísticas (DILTHEY [1883] 2010).

Heinrich Rickert (1863-1936) transplantou esta distinção para o plano metodológico, estabelecendo a distinção entre ciências naturais e ciências culturais. Receoso das conotações ontológicas dos termos espírito e natureza, do primeiro sobretudo, o filósofo observou que, na atividade científica, os termos cultura e natureza designam dois pontos de vista com que se pode estudar a realidade.

O segundo remete ao ponto de vista interessado no estabelecimento de relações causais entre fenômenos observáveis, com o objetivo de estabelecer generalizações capazes de explicar sua ocorrência. O primeiro encarna outro, em que a compreensão dos valores que motivam uma ação ou constituem uma obra ou instituição determinadas, visando exposição narrativa ou sistemática, é o objetivo central (RICKERT, [1899] 1945).

Ernst Cassirer (1874-1945) pretendeu, mais tarde, superar esta distinção em favor das ciências da cultura, já que, em última análise, as ciências naturais, em seu ver, pertenceriam a este último domínio. Para ele, as ciências são formas simbólicas, como o são a arte e o mito, por exemplo. As formas simbólicas estruturam conceitualmente o pensamento, na medida em que este se articula através da linguagem. O pensamento científico se distribui sobre a forma de um arco, em cujas extremidades estão os princípios da causalidade e da expressão, as ideias de natureza e espírito.

Marx e Engels afirmavam conhecer uma só ciência: a ciência da história (dialeticamente natural e social). Os positivistas clássicos postulam que a ciência experimental da natureza é o paradigma de todas as outras. Cassirer defende que, em última

análise, só há ciências da cultura. A cultura se articula com o surgimento da linguagem e, portanto, é condição de possibilidade de todo saber. As ciências são uma de suas formas, diferenciando-se pela maneira como relatam e expõe seu saber: lógica, experimental, documental, empírica (CASSIRER, [1942] 1982)².

Fugindo da especulação contida nos escritos de Cassirer, Max Weber (1864-1920) entrementes explorou a contribuição de Rickert para esclarecer a lógica da construção do conhecimento e a estrutura da explicação causal nas ciências da cultura. Deixa o autor de lado o problema propriamente epistemológico da compreensão sem, por outro lado, pensar sobre a síntese que poderia superar a distinção entre ciências da cultura e ciências da natureza. A compreensão da realidade humana com a qual o cientista cultural constrói o conhecimento é um procedimento que pode ser esclarecido apenas com a ajuda da lógica, defende o teórico (WEBER, [1924] 1973).

Os pesquisadores da área, como todo sujeito social, elaboram a experiência vivida, mas diversamente destes últimos, se dedicam a tanto como especialistas, produtores de conhecimento. A tarefa a que se propõem consiste em elaborar, testar, aplicar e corrigir conceitos, os chamados tipos-ideais ou construções tipológicas, através da análise de materiais empíricos, dados documentais ou experimentos de observação.

Depois disso, houve avanços na metodologia da pesquisa nessa área do saber – mas estes estancaram nos estudos de Mannheim, publicados na década de 1920 (MANNHEIM, 1988). Rothaker tentou desenvolver sua filosofia teórica via a integração sistemática dos vários ramos das ciências culturais. Falhou, contudo, ao passar por alto a práxis da pesquisa de fato feita em seu tempo, como se vê em sua *Lógica e sistemática das ciências do espírito* (1926) (cf. KOSLOWSKI, 1997, p. 510-529).

Considerando a pausa forçada imposta pela crise dos anos 1930, haveria que esperar, pois, o final dos anos 1960, para que, já sob influência da tese a respeito de uma hermenêutica universal como base de todo saber proposta por Gadamer (HABERMAS, [1967] 1988) ou da exploração filosófica dos supostos ensinamentos da história das ciências feita por Bachelard (BOURDIEU, [1973] 1975), o tema da epistemologia das ciências sociais, como passou a se dizer mais comumente, se impusesse novamente no cenário intelectual.

2 Apesar de não ter alcançado repercussão fora dos círculos neokantianos, a referência, note-se, é relevante, na medida em que, apelando à cultura, em vez da tecnologia, ajuda a entender, pré-historicamente, a forma como o conceito de comunicação vem conquistando a condição de chave epistêmica fundamental no pensamento contemporâneo, determinado pela cibernética.

Nesta altura, Bourdieu, com efeito, voltou a defender a tese weberiana de que a elaboração do conhecimento e, portanto, o método não pode ser estudado sem contato com as práticas e procedimentos da ciência. O método se desenvolve e se aprende na prática de pesquisa, e não na leitura de manuais ou obediência às doutrinas. Os catecismos epistemológicos fazem bem em nos lembrar da necessidade de um referencial teórico e de métodos para construir o objeto de conhecimento. A orientação que eles podem nos dar não pode, no entanto, chegar ao ponto de substituir a experiência que se educa na prática e se avalia através do diálogo crítico com os pares baseado em resultados de pesquisa.

Atualmente, o racionalismo fixista que informava as perguntas da filosofia clássica a respeito do conhecimento se expressa nas tentativas de alguns metodologistas inclinados a reduzir a reflexão sobre o método a uma lógica formal da ciência (BOURDIEU, [1973] 1975, p. 20).

A solução do problema não está em pregar o empirismo irrefletido ou condenar genericamente a obsessão com o discurso teoricista. A forma de superar o academicismo abstrato e estimular criativamente a pesquisa consiste, para a epistemologia, em refletir criticamente sobre sua prática.

Há que passar por alto a tese de que há “uma ciência verdadeira cujas condições de possibilidade e de coerência, os títulos de legitimidade seria necessário estabelecer”, para focar na pesquisa que realmente se está fazendo. “A prática epistemológica consiste em descobrir na prática científica mesma, [...] as condições pelas quais se pode distinguir o verdadeiro do falso, pelas quais se pode passar de um conhecimento menos para um mais verdadeiro” (idem, p. 20).

3. RUMO A UMA ORDEM PÓS-EPISTEMOLÓGICA?

Partindo dessas premissas todas, acreditamos que epistemologia, na medida em que pode carregar rigor e propriedade filosófica como expressão entre os estudiosos dos fenômenos de mídia, só pode significar estudo analítico, eventualmente histórico, dos fundamentos teóricos e metodológicos que estruturam as atividades de pesquisa e os esforços de conhecimento neste setor em cima de exemplos e casos concretos (cf. RÜDIGER, 2002, p. 113-159).

Isto é, refere-se à análise das perspectivas teóricas e métodos de estudo dos quais lançam mãos os estudiosos dos fenômenos históricos, sociais e culturais ligados à imprensa, ao rádio, à televisão e outros meios de comunicação para elaborarem relatos de pesquisa. “As

ciências são fundadas delimitando e resolvendo-se problemas concretos; só assim desenvolveram seus métodos. As reflexões puramente epistemológicas ou metodológicas jamais contribuíram decisivamente para tanto” (WEBER, [1906/1924] 1973, p. 104).

Confunde-a com a atividade teórica na filosofia social e nas ciências da cultura, aquele que, por exemplo, atribui à epistemologia a tarefa de definir o que é a comunicação ou, pior, construir abstratamente o seu conceito como ciência, visto que só a pesquisa (empírica, documental, experimental), em sendo capaz, pode, legitimamente, construir seu conhecimento em termos científicos modernos. Que este barbarismo seja feito, observe-se, é fato, mas não livra seus autores de ter de refletir sobre suas condições de possibilidade objetiva e sobre os limites e validade de seus juízos, como nos parece que obriga uma rápida digressão sobre a fortuna da ideia de ciência.

A ciência (“episteme”) surgiu entre os antigos como uma entre outras formas de saber, caracterizando-se pelo cunho contemplativo e o rigor matemático. Os modernos reinterpretaram o termo, conferindo-lhe uma fundamentação empírica e um cunho experimental, sem abrir mão do último aspecto, o matemático, no âmbito de um pensamento antropológico (cf. KOYRÉ, 1994).

Segundo Lyotard ([1979] 1986), os contemporâneos tendem a se desembaraçar do conceito mesmo de ciência, carregado de muitas conotações filosóficas, passando a justificar o saber pelo desempenho e resultados, em vez dos projetos de formação do homem e da sociedade³. A ciência moderna substituiu a doutrina medieval, mas eis que agora talvez esteja em vias de ser superada por um saber pós-moderno, cujo eixo de estruturação tem, na base, a cibernética e, na superfície, a comunicação.

A comunicação em foco não é, contudo, a que indicaria processo social ou disciplina científica autônoma. O termo revela-se aqui indicador de uma reconfiguração dos pressupostos existenciais do conhecimento em que o próprio discurso epistemológico, baseado na relação entre sujeito e objeto, se desfaz, levando consigo a ideia de ciência especializada.

Quando se pensa com mais calma, verifica-se de fato que, hoje, a comunicação não designa mais essencialmente um objeto claramente delimitado, mas uma problemática sobre a qual se desenvolvem os mais diversos trabalhos e se fazem as mais variadas aplicações (cf.

3 Como apontado mais acima, um reflexo disso se encontra na virtual dissolução da epistemologia que se verifica nos estudos de ciência mais recentes, onde a filosofia se compromete com um viés mais aberta e claramente empírico e/ou historicista.

SFEZ, 1992). Confirmou-se, no plano maior, a intuição genial de Simmel ([1911] 1988): sob impacto de uma atividade científica e tecnológica cada vez mais diferenciada e abrangente, as circunstâncias mundanas se tornam de apreensão prática e intelectual virtualmente impossível desde o ponto de vista da totalidade.

O abalo ideológico no conceito de ciência provocado por esta situação coloca o pensamento em cenário de crescente ansiedade e desorientação, em meio ao qual o seu discurso, em processo de desconexão com as práticas sinalizadas com ele, vai sucumbindo, dentro e fora de suas instituições especializadas, em uma expressão que, às vezes portadora de intenção popular e reformista (SANTOS, 1989), noutras loucamente revolucionária (cf. BOUVERESE, [1984] 1989), reivindica para si uma novidade indicada pelo termo “pós-moderno”.

As reivindicações de ciência especializada ou autônoma que, com o nome de comunicação, alguns porta-vozes do campo fazem para os estudos de mídia não podem, em nosso ver, ser dissociadas deste contexto, visto este último erodir também o estágio de reflexão essencialmente analítico que a epistemologia esboçara constituir para si no decurso do século XX. Afirma-se, agora, não apenas que, em ciência, tudo vale, mas a ciência se confunde com os outros saberes, de modo que todos podem ser chamados por tal, de ciências, numa época que, beneficiária “da mais ampla distribuição das competências cognitivas e discursivas que o próprio desenvolvimento [tecnológico] possibilita”, o saber busca “um novo senso comum” e se elabora “um novo discurso epistemológico” (SANTOS, 1989, p. 171-172).

Desse cenário, a cibernética toma parte como movimento intelectual de primeira importância, ao se apresentar como uma espécie de enciclopédia geral da comunicação, ciência de uma comunicação que estaria presente em todos os âmbitos da existência e, portanto, seria a chave de deciframento e exploração de todas as suas possibilidades. Viu-se no passado a existência colocada no pensamento através das figuras, em linha de sucessão, da similitude, da ordem e da história. Assiste-se agora ao despontar de um novo momento, em que a comunicação parece tomar o lugar de figura ordenadora da existência, sobretudo se levarmos em conta que, embora agenciem cada vez mais suas várias esferas, as categorias da cibernética não se deixam entender de acordo com os princípios que constituíram nossa ideia de ciência.

De acordo com ela, o conhecimento científico seria portador de uma missão: contribuir para a emancipação da humanidade em relação aos sofrimentos impostos pela

condição natural e os poderes sociais baseados na força; mas também faria parte da formação cultural da pessoa, ajudando a criar um indivíduo mais livre, consciente e responsável em meio à coletividade. As circunstâncias históricas, entretanto, se encarregaram de implodir este processo e, em meio a tanto, a ciência acabou se revelando uma atividade essencialmente ambígua aos olhos de muitos de seus pensadores, podendo se tomar como ponto de partida em relação a tanto o trabalho de Adorno e Horkheimer ([1947] 1985, p. 11).

O progresso na geração de riquezas, promoção da saúde, diminuição das desigualdades, aumento da segurança, redução da labuta, circulação de informações e desenvolvimento da liberdade individual viabilizado com sua ajuda é relativizado por sua contribuição para a massificação da existência, o desenvolvimento das armas de destruição em massa, o consumismo irresponsável e perdulário, a devastação da natureza, o extermínio de plantas e animais, a degradação da vida urbana, a propagação do ódio e a promoção da violência, a desqualificação do trabalho e a expansão do subemprego, o empobrecimento espiritual das multidões etc.

A explosão das tecnologias de comunicação e o império da mídia em nossas relações integram este cenário, fazendo com que tudo se torne compartilhável, mas

[...] isso não significa que seja favorecida uma maior transparência da comunicação humana para com ela própria, significa apenas que um maior número de informações pode ser combinado com outras, de modo a que a sua totalidade venha a formar um sistema leve e eficaz, isto é, a mônada [sociotécnica] (LYOTARD, [1988] 1990, p. 79).

O juízo chama atenção para o fato de que, agora, nem a ciência, nem a comunicação, cuja conexão há quem, à revelia do que acontece com a primeira, tente desenvolver, representam categorias indisputáveis; isto é, estamos, ainda que em parte, intelectualmente sob a influência de um pensamento em que tanto uma quanto a outra estão sob suspeita de não apenas serem ambíguas, mas ofenderem nossa condição, como tem mostrado tantos críticos.

O principal, no momento, consiste em ver, porém, que, neste contexto, a ciência se tornou uma figura em processo de erosão, perdeu a condição de referência formadora da consciência que seus primeiros doutrinadores lhe atribuíam. A proeminência no campo do saber está, agora, a cargo da tecnologia, que mesmo o especialista, em cada campo, não domina totalmente. O conhecimento se subordinou à vontade de intervir com sucesso, visando resultados imediatos e pontuais, não importa o preço e o sentido mais amplo. A experimentação se coloca na perspectiva de recriação artificial da existência, atirando às

calendas gregas as preocupações com a formação integral do ser humano em meio a uma comunidade mais ou menos livre e harmoniosa das quais estava imbuída a ideia de ciência.

O recuo do discurso genérico e abstrato sobre a ciência em meio ao avanço de suas aplicações e desenvolvimentos tecnológicos afeta a articulação daquela última com a atividade filosófica, levando a epistemologia, onde ainda é empolgada, a assumir feições aberrantes ou grosseiras. O triunfo do pragmatismo instrumental, no contexto de um sistema que se expande ciberneticamente, torna vácuo os esforços de pensar a ciência de acordo com algum princípio.

O conhecimento enquanto apropriação e elaboração individual do real se fragmenta e restringe, mesmo entre as pessoas de ciência e acadêmicos. As ciências humanas sofrem mais o golpe e, em desespero, se entregam a todo o tipo de discurso que aparente renovar-lhe as forças e lhe proporcionar esperanças (cf. por exemplo, MORIN, 2005).

O resultado imediato se vê nestes programas de estudo megalomânicos e fantasiosos, incompatíveis com o factível pela prática real de pesquisa e que, de modo muito notável, periodicamente nos são apresentados na área acadêmica de comunicação (cf., por exemplo, THOMPSON, 1995, p. 355-410).

REFERÊNCIAS

- ADORNO, T.; HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- AUDY, Robert. **Epistemology**. 3ª. ed. Londres: Routledge, 2010.
- BENJAMIN, Abram. **An introduction to the philosophy of science**. Nova York: MacMillan, 1937.
- BOURDIEU, Pierre (org.) **El oficio de sociólogo**. Mexico: Siglo XXI, 1975.
- BOUVERESE, Jacques. **El filósofo entre los autófaños**. México: FCE, 1989.
- BROWN, James. **Philosophy of science**. Londres: Continuum, 2012.
- BUNGE, Mario. **Epistemologia**. São Paulo: Edusp. 1980.
- CANGUILHEM, Georges. O papel da epistemologia na historiografia científica contemporânea. In **Ideologia e racionalidade nas ciências da vida**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- CANGUILHEM, Georges. **Estudos de história e filosofia da ciência**. São Paulo: Martins Fontes, 2012.
- CAREY, James. **Communication as culture**. Londres: Unwin Hyman, 1988.
- CASSIRER, Ernst. **Las ciencias de la cultura**. México: FCE, 1982.



- COBLEY, P.; SCHULZ, P. Introduction. In COBLEY, P.; SCHULZ, P. (orgs.): **Handbook of Communication Science I: Theories and Models of Communication**. Amsterdam: Walter de Gruyter, 2013.
- COFFEY, Peter. **Epistemology**. 3 vols. Londres: Longman, 1917.
- CORNELIUS, Abram. **An introduction to the philosophy of science**. Nova York: Macmillan, 1937.
- DEACON, D. ET AL. **Researching communications**. Londres: Arnold, 1999.
- DESCARTES, René. **Discurso do método**. São Paulo: Abril, 1973.
- DEWEY, John. **The public and its problems**. Nova York: Holt, 1927.
- DILTHEY, Wilhelm. **Introdução às ciências humanas**. Rio de Janeiro: Forense, 2010.
- FICHANT, Michel. A epistemologia na França. In CHÂTELET, F. (org.): **História da Filosofia – o século XX**. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.
- FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**. Lisboa: Martins Fontes, 1978.
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Petrópolis: Vozes, 1972.
- FUMERTON, Richard. **Epistemologia**. Petrópolis: Vozes, 2014.
- GADAMER, H. G. **Verdad y método**. Salamanca: Sigueme, 1977.
- HABERMAS, Jürgen. **La lógica de las ciencias sociales**. Madri: Tecnos, 1988.
- HABERMAS, Jürgen. **Conhecimento e interesse**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- HACKING, Ian. **The taming of chance**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.
- HAMEL, Jacques. **Précis d'epistemologie de la sociologie**. Paris: L'Harmattan, 1997.
- HARRE, Rom. **A filosofia da ciência**. Lisboa: Edições 70, 1988.
- KHUN, Thomas. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva 1975.
- KOCKELMANS, Joseph (org.). **Philosophy of Science: the historical background**. Nova York: Free Press, 1968.
- KOENEN, Erick; SANKO, Cristina. New Media – New Communication Studies: debates and controversies in the scientific community since the 1990s. **Revista Famecos**, a sair, 2018.
- KÖHNKE, Klaus. **Surgimiento y auge del neokantismo**. México: FCE, 2011.
- KOYRÉ, Alexander. **Pensar la ciencia**. Barcelona: Paidós, 1994.
- KOSLOWSKI, Peter (org.). **Methodology of the social sciences**. Berlim: Springer, 1997.
- LAZAR, Judith. **La science de la communication**. Paris: PUF, 1992.
- LOSSE, Joseph. **Introducción histórica a la filosofía de la ciencia**. Madri: Alianza, 1981.



- LYOTARD, Jean-François. **O inumano**. Lisboa: Estampa, 1990.
- LYOTARD, Jean-François. **La condition postmoderne**. Paris: Minuit, 1979.
- MACHADO, Roberto. **Ciência e saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- MANNHEIM, Karl. **Sociologia do conhecimento**. Lisboa: Rés, 1988.
- MERRIN, William. **Media studies 2.0** Nova York: Routledge, 2014.
- MERTEN, Klaus. **Kommunikation**. Opladen: Wetsdeutscher, 1977.
- MORAGAS, Miquel. **Teorías de la comunicación**. Barcelona: GG, 1981.
- MORGENBESSER, Sidney. **Filosofia da Ciência**. São Paulo: Cultrix, 1979.
- MORIN, Edgar. **O método**. 6 vols. Porto Alegre: Sulina, 2005.
- MORROW, Raymond. **Critical theory and methodology**. Thousand Oaks: Sage, 1994.
- NAGEL, Ernst. **The structure of science**. Nova York: Harcourt, Brace & Co., 1961.
- PÉCHEUX, M.; FICHANT, M. **Sobre a história das ciências**. Lisboa: Estampa, 1971.
- POPPER, Karl. **A lógica da investigação científica**. São Paulo: Cultrix, 1975.
- POPPER, Karl. **Conhecimento objetivo**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.
- QUIROGA, Tiago. **Pensando a episteme comunicacional**. João Pessoa: Eduepb, 2013.
- RAYMOND, Pierre. **L’histoire et les sciences**. Paris: Maspero, 1975.
- RICKERT, Heinrich. **Ciencia cultural y ciencia natural**. Buenos Aires: Espasa-Calpe, 1945.
- RÜDIGER, Francisco. Epistemologia “da” Comunicação. **Revista Famecos** 21, n.2, p. 395-417, 2014.
- RÜDIGER, Francisco. **Ciência social crítica e pesquisa em comunicação**. São Leopoldo: Unisinos, 2002.
- SANTOS, Boaventura. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. Lisboa: Afrontamento, 1989.
- SFEZ, Lucien. **Critique de la communication**. Paris: Seuil, 1992.
- SIMMEL, Georg. El concepto y la tragedia de la cultura. In **Sobre la aventura**. Barcelona: Peninsula, 1988.
- SODRÉ, Muniz. **Antropológica do espelho**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- THOMPSON, John. **Ideologia e cultura moderna**. Petrópolis: Vozes, 1995.
- WEBER, Max. **Ensayos sobre metodología sociológica**. Buenos Aires: Amorrortu, 1973.
- WILLIAMS, Michael. **Problems of knowledge**. Oxford: Oxford University Press, 2001.



WOLENSKI, J. The history of epistemology. In NIINILUOTO, I. ET AL. (Orgs.): **Handbook of epistemology**. Dordrecht: Kluwer, 2004.

Original recebido em: 15 de março de 2017

Aceito para publicação em: 27 de junho de 2017

Francisco Rüdiger

Doutor em ciências sociais pela Universidade de São Paulo, leciona na Pontifícia Universidade Católica e Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Publicou recentemente “Origens do pensamento acadêmico em jornalismo” (Insular, 2017) e “O mito da agulha hipodérmica e a era da propaganda” (Sulina, 2015).



Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons.

